



GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete de S. Ex^a o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar nº 3325/XIII/3.^a de 31 de agosto de 2018, formulada pelos Senhores Deputados Telmo Correia, Nuno Magalhães, João Gonçalves Pereira e Hélder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V.Exas os seguintes esclarecimentos:

O Governo tem acompanhado continuamente a evolução da situação na Venezuela e da comunidade portuguesa e lusodescendente aí residente, de modo a assegurar uma resposta adequada. Importa, aliás, salientar que o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e a Secretária de Estado da Saúde encontram-se na Venezuela, assim avaliando no terreno a implementação das medidas de apoio à comunidade portuguesa e lusodescendente.

Com efeito, o Governo tem procedido ao reforço dos mecanismos de apoio consular e de apoio social direto aos portugueses e lusodescendentes na Venezuela.

No que se refere aos apoios sociais concedidos, em sede de Apoio Social para Idosos Carenciados (ASIC) e de Apoio Social para Emigrantes Carenciados (ASEC), tem sido atribuído um valor superior a 200 mil euros por ano. Acresce ainda que, em 2017, foi aprovado um regime excecional para a Venezuela relativo à simplificação dos procedimentos para obtenção de ASEC.

Foram também atribuídos ao movimento associativo apoios superiores a 40 mil euros, com destaque para as áreas da saúde, segurança alimentar e apoio aos mais idosos. Têm sido ainda enviados medicamentos (doados pela indústria farmacêutica portuguesa), destinados aos portugueses carenciados da Venezuela.

Para além do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo adido social na Venezuela, desde maio de 2017, junto da comunidade portuguesa



e principais associações de beneficência no país, foi também designada uma técnica superior da Embaixada em Caracas para desempenhar funções de apoio social. Ambos têm mantido um contacto estreito com os 8 Consulados Honorários em funcionamento na Venezuela (nas cidades de Barcelona, Ciudad Guayana, Los Teques, Porlamar, Barquisimeto, Maracaibo, Maracay, San Cristóbal), a fim de procurar prestar os esclarecimentos solicitados pelas comunidades ali residentes.

Em 2017 foi também iniciado um "Roteiro Social", que permitiu a deslocação de uma equipa de técnicos sociais e consulares a 22 Estados da Venezuela, registando as necessidades da comunidade lusa a residir naquele país. Foram elaboradas fichas individuais com o levantamento das necessidades destes cidadãos, no âmbito da repatriação, dos apoios sociais, da regularização de documentos de identificação e viagem e apoios na área da saúde, tendo sido dado o seguimento adequado a cada uma das situações identificadas, por via dos postos consulares e dos serviços da administração pública em Portugal.

Será ainda de referir que foram reforçados os recursos humanos existentes nas missões diplomáticas e consulares portuguesas na Venezuela (2 postos de trabalho na Embaixada, 2 postos no Consulado-Geral em Caracas e 2 postos no Consulado-Geral em Valência, recrutamentos estes em fase de finalização) e, desde julho de 2018, encontra-se destacada nos Consulados-Gerais em Caracas e em Valência uma missão de serviço público de dois técnicos do Instituto dos Registos e Notariado, com o apoio do MNE.

Acrescidamente foi ainda efectuado investimento ao nível da segurança e material informático nos Consulados-Gerais em Caracas e em Valência.

Importa ainda destacar as seguintes medidas de apoio:

- (i) As receitas consulares não repatriáveis passaram a poder ser utilizadas no financiamento de atividades de apoio social (medida inscrita no Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2018);
- (ii) Os postos consulares passaram a aceitar documentos públicos em língua espanhola, sem necessidade de tradução para português, para efeitos de instrução de processos de registo civil e nacionalidade, deixando, assim, de ser cobrados emolumentos consulares pela tradução deste tipo de documentos (medida aprovada pelo Decreto-Lei n.º 51/2018, de 25 de junho);
- (iii) Os emolumentos consulares não foram sujeitos às habituais actualizações, o que representou um impacto superior a 8 milhões de euros em 2016 e 2017 e, no ano de 2018, já na ordem dos 1,3 milhões de euros. Este é um apoio direto aos portugueses na Venezuela que recorrem aos serviços consulares para obter documentos.



Referem-se ainda medidas de apoio tomadas a favor dos portugueses e lusodescendentes chegados da Venezuela à Região Autónoma da Madeira:

- Os montantes transferidos do Orçamento da Segurança Social para a Região Autónoma da Madeira destinados a apoios / subsídios atribuídos a famílias aumentaram 26,7% entre 2015 e 2016. O orçamento aprovado para 2017, à disposição do Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, ascendeu a 4.171.578 € e o orçamento inicial, aprovado para 2018, ascende a 4,2 M€.
- Na área da saúde, Governo assumiu o compromisso com o Governo Regional da Madeira de cobertura de um terço das despesas decorrentes da (re)integração na Madeira dos cidadãos portugueses e lusodescendentes, até ao máximo de um milhão de euros.
- No que respeita à habitação, salienta-se o programa nacional "Porta de Entrada", com vista a dar resposta às dificuldades das famílias regressadas da Venezuela (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/2018, de 4 de maio e regulado pela Portaria n.º 167/2018, de 12 de junho); Na sequência da implementação deste programa, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana identificou já, na Madeira, potenciais fogos para atender às necessidades das famílias regressadas.

Quantificar com rigor o número de cidadãos portugueses e luso-venezuelanos regressados a território nacional trata-se de um exercício complexo, visto que, por um lado, a grande maioria dos cidadãos portugueses e lusodescendentes tem passaporte português, não sendo, por conseguinte, a respetiva entrada em Portugal sujeita a um registo específico; por outro lado, cumpre registar que a saída de qualquer cidadão nacional das áreas com jurisdição consular não é precedida de notificação obrigatória aos serviços consulares das mesmas.

Por via do cruzamento de dados entre vários serviços públicos, a estimativa aponta para que tenham regressado a Portugal continental entre 1000 e 1500 cidadãos portugueses e lusodescendentes provenientes da Venezuela, a maioria dos quais se encontra no distrito de Aveiro, no distrito do Porto e na Área Metropolitana de Lisboa.

De acordo com informação transmitida pelo Governo Regional da Madeira, estariam identificados, no sistema de informação do Serviço de Saúde daquela Região Autónoma, cerca de 4000 cidadãos provenientes da Venezuela. Contudo, na sequência de reunião havida no passado dia 26 de setembro entre o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e o Secretário Regional de Educação da Madeira foi-nos transmitido que teria havido um aumento da população proveniente da Venezuela naquela Região Autónoma para cerca de 6000 cidadãos.



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Entre janeiro de 2017 e agosto de 2018 foram concluídos 7896 processos de nacionalidade instruídos por cidadãos luso-venezuelanos. No fim de agosto de 2018 encontravam-se em análise na Conservatória dos Registos Centrais (CRC) 6 processos de atribuição da nacionalidade (registo de descendentes de Portugueses) e aguardavam informação complementar ou validação de informação por parte dos consulados 126 processos (43 em Caracas e 83 em Valência), totalizando 132 processos.

Quanto a pedidos de cidadania Portuguesa por parte de cidadãos venezuelanos (naturalização), em 2017, foram deferidos 141 pedidos e indeferidos 12.

O Governo continuará a acompanhar de perto e no terreno a evolução da situação económica e social na Venezuela, alocando as medidas adequadas às necessidades identificadas. Este esforço do Governo tem sido conduzido em diálogo com outras áreas governativas, o Governo Regional da Madeira, autarquias locais, rede consular portuguesa e conselheiros das comunidades portuguesas na Venezuela.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Joana Drummond Borges

/MM